



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2025

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Complexo de Piscinas Municipais da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, em Termas de Monfortinho, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia treze de fevereiro, presidida, pelo senhor António Sousa Lisboa, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. – Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. – Primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2025;
3. – Proposta de Concurso Público para a reabilitação da antiga Casa do Juiz na Avenida Mouzinho de Albuquerque em Idanha-a-Nova – habitação a custos acessíveis – Autorização Prévia para Assunção
4. – Proposta de Concurso Público para a reabilitação do antigo edifício da Caixa de Crédito Agrícola, na Rua 1.º de Dezembro em Idanha-a-Nova – habitação a custos acessíveis – Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificado a ausência da senhora Carla Alexandra de Mendonça Galveia, substituída pelo senhor Américo dos Santos André, do senhor João Luís Marques Rego Geraldes, substituído pelo senhor Lourenço Malhadas, do senhor Ricardo António Matos Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, substituído pelo senhor António Joaquim dos Santos Carreiro e do senhor Joaquim Manuel Correia Chambino, Presidente da Junta de Freguesia de Rosmaninhal, substituído pela senhora Maria da Piedade Folgado Gonçalves.

As ausências encontram-se justificadas.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de seguida dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que com a realização desta sessão da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova na União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo se continuava a descentralização das sessões da Assembleia Municipal.

Assim e antes de dar a palavra ao anfitrião, o senhor Presidente da Mesa informou que se iria proceder à votação da ata da sessão realizada no dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelo que solicitou aos senhores deputados se havia alguma alteração, ou objeção, a fazer à mesma.

Não havendo qualquer pedido de alteração, o senhor Presidente da Mesa

O senhor Presidente da Mesa informou que antes de dar conhecimento da correspondência recebida se iria proceder à votação da ata da sessão do dia trinta de setembro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

Tendo sido enviado aos senhores deputados a versão provisória da ata da sessão do doía vinte de dezembro de dois mil e vinte e quatro, o senhor Presidente da Mesa solicitou aos senhores deputados se tinham a apresentar alterações à mesma.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata, informando que os senhores deputados António Joaquim dos Santos Carreiro e Maria da Piedade Folgado Gonçalves não poderiam votar a mesma, em virtude de não terem estado presentes na sessão, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis:

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em virtude deste resultado a ata número catorze, foi aprovada por UNANIMIDADE.

Terminada a votação da ata, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse, *"na ata agora aprovada, na página quinhentos e vinte refere-se que foi solicitado pela Mesa da Assembleia Intermunicipal da Beira Baixa a indicação de dois elementos suplentes, dado que dos quatro elementos indicados, dois deles deixaram de fazer parte da mesma, pelas razões que os senhores deputados conhecem, seria necessário eleger dois elementos suplentes para registo na Assembleia Intermunicipal. Acontece que, depois da sessão da Assembleia Municipal fui consultar a ata da eleição que se realizou no dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e um.*

Nessa eleição houve duas listas candidatas, uma apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e que era composta pelos membros efetivos João Manuel Rijo Dionísio e António Sousa Lisboa como membro suplente, Adalgisa Patrícia Mendes Leitão Dias, e outra pelo Movimento Para Todos, composta pelos senhores deputados José Pedro Rebola Ferreira de Sousa e Hugo Miguel Canitos Rego da Silva como membros efetivos e Sónia Sofia Simões Nunes.

Assim, já há elementos suplentes que foram votados e ainda estão no exercício das suas funções, pelo que penso não ser necessário efetuar nova eleição de membros suplentes, pelo que não incluí nos assuntos da Ordem de Trabalhos tal eleição, mas se houver alguma objeção, certamente que procederemos conforme o decidido."

Não havendo qualquer objeção, o procedimento adotado considerou-se correto, pelo que o nome das senhoras deputadas seria indicado aos serviços da Assembleia Intermunicipal da Beira Baixa, como membros suplentes da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova.

Seguidamente informou da correspondência recebida, nomeadamente do Ofício da CPCJ de Idanha-a-Nova sobre o envio do Relatório Anual das Atividades da Comissão do ano de dois mil e vinte e quatro e que o mesmo ficava à disposição dos senhores deputados para consulta.

De seguida o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor António Joaquim Carreiro, secretário da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo que disse *"minhas senhoras e meus senhores bem-vindos à União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo. Por motivos de doença do senhor Presidente da União de Freguesias coube-me a mim representar a União de Freguesias, e eu saberei mais explicar o que se passa em Salvaterra do Extremo do que em Monfortinho e já ando aqui há mais de trinta anos e como estamos em*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

ano de eleições queria pedir a todos que tenham um bom fim de mandato e queria pedir ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que nos tem apoiado até aqui, que continue a apoiar-nos e que quem vier a substituí-lo, se não fizer mais, pelo menos, que faça o mesmo. Obrigado por terem vindo a estas terras.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado José Claro que disse “a minha intervenção prende-se apenas com dois pontos, digo mesmo, dois factos. A minha intervenção é no campo da saúde e da segurança.

No campo da saúde o quadro é negro. Todos os dias vemos casos, e mais casos, que a todos nos indigna. Hoje, como nunca, o estado da nossa saúde esteve tão deplorável. É tempo de todos levantarmos, bem alto, a nossa voz em defesa do Serviço Nacional de Saúde, que tão maltratado tem sido. Foi isso que fizeram os deputados do Partido Socialista pelo Distrito de Castelo Branco, na Assembleia da República, que pediram uma audiência à senhora Ministra da Saúde sobre a colocação de novos médicos no distrito. Infelizmente, para Castelo Branco, não veio nenhum médico. A Ministra acedeu, compreendeu e até se penitenciou e se propôs, assim que seja possível, enviar médicos para o nosso distrito. Portanto, aguardamos que seja o mais rápido possível, para bem das nossas populações

No entanto pergunto ao senhor Presidente da Câmara Municipal que nos desenhe o quadro da saúde no nosso concelho. Como tem sido uma correria desenfreada dos médicos para o sector privado. No entanto, nós temos o direito e o dever, que está consagrado na Constituição da República Portuguesa, de exigir mais médicos para o nosso distrito.

Relativamente à segura, é hoje o pilar fundamental. Em termos estatísticos, o nosso concelho não é dos piores, mas já este ano tivemos casos graves, que nós não podemos, nem devemos ignorar. Também quero aqui deixar o meu apelo ao senhor Presidente da Câmara Municipal que diligencie, mais uma vez, junto do comando da Guarda Nacional Republicana, a exigir mais policiamento de proximidade, mais fiscalização, mais patrulhamentos e mais operações inopinadas.

Quando falo em segurança, sei daquilo que falo, dado que foi a minha vida profissional ao longo de trinta anos. Muito se tem feiro, a GNR não pode ser a tábua de salvação de tudo, porque o inimigo está sempre à espreita, e quem mais sofre, nestas situações, são os que estão sujeitos mais ao perigo, os mais idosos, os mais vulneráveis e os que vivem sós, nomeadamente no campo.

Esta era a minha reflexão que queria transmitir porque hoje Idanha tem muita gente que nos visita, mas no meio dos visitantes também vêm muitos meliantes, e nós de meliantes não precisamos.”

De seguida o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Américo André que disse “hoje trago aqui duas situações, uma prende-se com o reconhecimento e com uma espécie de louvor às entidades relacionadas com a descentralização dos trabalhos da Assembleia Municipal, ao terem esta proximidade com as populações que eu acho que sem tem traduzido numa riqueza extraordinária, porque permite o envolvimento e proximidade com as populações. Contudo penso que, no meu entender, deve ser mais estimulada, motivada e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

divulgada, para que todos possam estar presentes e trazer até nós, a voz de todos aqueles que pelas limitações possam estar e participar nestes trabalhos que poderão ajudar resolver os problemas das nossas terras.

A outra, prende-se com uma grave preocupação, que eu já vivi e senti, e também a muitos de nós, mas como vai ocorrendo a nível individual, não deixa de ser um perigo para as populações do nosso território. Prende-se com os animais selvagens, e penso que existe um perigo gravíssimo, desde Proença-a-Velha até S. Miguel D'Acha, ao fim de tarde e noites, javalis, veados e outros animais selvagens, já são em tal quantidade, que eu acho que há uma população que cresce demasiadamente depressa, porque não há predadores e não há caçadas e passa a haver um perigo real, se não houver a atenção dos automobilistas, pois estão sujeitos à danificação das suas viaturas.

Por isto, deixo aqui um apelo às entidades competentes para que em união com os ministérios competentes possa haver alguma solução, de modo a atenuar os problemas encontrados nas nossa vias de comunicação, nomeadamente na colocação de placas alertando para a existência de animais de caça grossa, ou então haver algum trabalho que possa limitar o crescimento destes animais."

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Raul Antunes que disse "o que venho aqui dizer, já o fiz também numa outra sessão anterior da assembleia e é uma preocupação, não só da minha freguesia, mas também de todas as outras,, que é o problema de tirarem as madeiras nos campos, e depois os madeireiros vão-se embora e deixam-nos os caminhos em péssimo estado e as pessoas vêm falar com as juntas de freguesia e nós vamos fazendo o que podemos, tapando alguns buracos, pois há situações em que os caminhos ficam bastante danificados. Já falei com a GNR várias vezes, mas dizem que não podem fazer grandes coisas e o que nos dizem é para colocar placas de tonelagem máxima permitida, nos caminhos, para que os madeireiros não possam lá passar.

Não estamos contra em que eles tirem as madeiras, mas que nos deixem os caminhos como estavam, ou sejam transitáveis, e por isso solicito ao senhor Presidente da Câmara da possibilidade de através dos serviços florestais se possa resolver esta situação."

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Alberto Umbelino que disse "hoje venho falar-vos de um presente que nos assegura um futuro promissor. Um amanhã onde acreditamos estar presentes, não por mera expectativa, mas pela certeza de que a confiança depositada em nós pelo eleitorado, traduz a dedicação e o compromisso inabalável com os ideais que nos guiam. O nosso trabalho e visão para o desenvolvimento desta autarquia têm sido construídos sobre pilares sólidos de crescimento sustentável, inovação e qualidade de vida para todos. Esta confiança inspira-nos a continuar a nossa missão de revitalização e fortalecimento do concelho, tornando-o mais atrativo para as novas gerações e garantindo dignidade e bem-estar para os que aqui residem.

Os estudiosos explicam que num contexto institucional, para os eleitores é fundamental a componente económico e política. Por um lado, a demonstração de políticas económicas adequadas e por outro a estabilidade governativa da autarquia. Num cenário marcado pela ausência de alternativas políticas robustas, conquistámos, ao longo dos anos, a confiança do eleitorado. Fomos capazes de responder às suas necessidades através de políticas eficazes, combatendo os desafios da interioridade e reduzindo as assimetrias regionais. Todas elas já aqui foram escarpelizadas de forma abundante sem encontrarem registo de alternativas da vossa parte. Falam, é verdade, mas não dizem nada, a não ser chavões irónicos que ficam com quem os profere.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

O nosso concelho enfrenta desafios demográficos significativos, sendo um dos territórios com maior percentagem de população idosa em Portugal, evidenciando um envelhecimento populacional acentuado; dentro desta realidade temos criado condições para um envelhecimento digno, com estruturas adaptadas às suas necessidades, mobilidade gratuita e apoio com serviços de saúde, focados nas doenças que mais os afetam. A baixa taxa de natalidade e a migração dos jovens para centros urbanos criam desafios na manutenção da vitalidade económica e social. Mas Idanha tem conseguido inverter os fluxos migratórios através de medidas de incentivo à fixação de jovens e famílias, de incentivos à habitação, e facilidade no acesso a terrenos para jovens agricultores, mantendo uma rede de creches acessíveis a todos.

Ao longo dos anos, Idanha-a-Nova tem investido significativamente em diversas áreas para promover o desenvolvimento económico e social do concelho. E por isso Idanha é hoje conhecida pela sua qualidade para viver, trabalhar, investir, estudar ou visitar. Este reconhecimento é o resultado de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em proximidade com a população.

Em boa hora a autarquia lançou a estratégia Recomeçar, que recentemente foi reconhecida como uma boa prática pelo programa europeu URBACT. O caminho sólido que Idanha tem vindo a desenvolver é validado pelas diversas distinções nacionais e internacionais que tem recebido.

A par destas medidas, temos também vindo a desenvolver de forma harmoniosa o vasto património histórico e cultural da nossa região, num ambiente natural privilegiado, potenciando o crescimento em setores como o turismo sustentável, a agricultura biológica, mantendo a aposta na economia digital, hoje uma realidade, em vertentes como a competências digitais das pessoas, transformação digital das empresas, infraestruturas e serviços municipais digitais. Desenvolvemos programas consistentes no sentido de não só revitalizar a região como garantir qualidade de vida para todos os seus habitantes, adotando medidas estratégicas na promoção pela atratividade do concelho para jovens, famílias e investidores. Um plano desenvolvido ao longo dos anos, consequente com políticas tendentes a impulsionar a economia local, promovendo fortemente a inovação, sempre em sintonia com a identidade cultural da região – um elemento constantemente presente nas nossas iniciativas.

Temos dado prioridade à adoção de medidas na fixação pessoas, garantindo que estas encontrem oportunidades numa economia diversificada, resultado do investimento que a autarquia tem atraído em diversos setores. Este crescimento sustentado é essencial para assegurar um futuro próspero e sustentável na região de Idanha-a-Nova. Investir no futuro requer coragem e ousadia sem retóricas prudenciais excessivas – o medo paralisa – as pessoas deste concelho merecem que lhes saibamos retribuir a confiança que depositam em nós, com trabalho e dedicação, só assim é possível valorizá-las de forma genuína. Ao fazê-lo, damos também um significado mais profundo e legítimo às nossas ações políticas. Por isso, consideramos essencial apostar na continuidade do trabalho desenvolvido ao longo destes anos no nosso concelho, um percurso que tem demonstrado plena confiança na nossa capacidade para concretizar projetos e gerar progresso. Pretende-se continuar a valorizar o concelho com novas iniciativas, apostando na dinamização da economia local com apoio ao empreendedorismo rural: concedendo incentivos fiscais e apoio técnico para pequenos negócios e produtos locais, onde o Polo de Inovação Digital para o setor agroalimentar dá um impulso importante. Manter um turismo sustentável, continuando a valorizar o património histórico, ecoturismo e turismo de bem-estar. Dinamizar a capacitação digital para micro e pequenas empresas, dotando-as com capacidade para estenderem a sua atividade a negócios online. Numa era digital é importante a promoção do teletrabalho com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

criação de espaços de coworking e melhoria da conectividade digital. Atrair nómadas digitais, criando incentivos para a sua vinda num concelho que reúne condições de bem-estar ímpares para o seu trabalho.

Na qualidade de vida e saúde manter apoio aos idosos na criação de programas de assistência domiciliária reforçada e transporte gratuito com maior abrangência para serviços e saúde. Fomentar a utilização das unidades móveis e possibilitar e incentivar o uso da telemedicina. Além disso, devemos continuar a tornar as infraestruturas mais acessíveis, requalificando espaços públicos, melhorando acessibilidades.

Temos uma identidade cultural forte, fazendo todo o sentido manter e incentivar a sua dinamização essencial na preservação daquilo que nos distingue e nos une enquanto comunidade. Para isso, continuamos comprometidos no apoio às coletividades e associações locais indispensáveis na valorização do nosso património imaterial, aumentando a promoção de festivais, tradições e o artesanato local. Estas iniciativas não só reforçam o sentimento de pertença da população, como também garantem a transmissão do nosso legado cultural às gerações futuras.

Além disso, propomos continuar a desenvolver a rede cultural que estimula o intercâmbio entre artistas, associações e instituições, promovendo a partilha de saberes e experiências. Ao mesmo tempo que contribui como motor de atração de visitantes, dinamizando a economia local, impulsionando o turismo e fortalecendo as freguesias como polos culturais ativos e vibrantes. Desta forma, garantimos que o passado e as tradições continuam a ter um papel fundamental no desenvolvimento do presente e na construção do futuro da nossa comunidade. Na educação e conhecimento, temos constituído parcerias com universidades, politécnicos e centros de investigação, dando continuidade na promoção de projetos científicos ligados à biodiversidade e sustentabilidade.

Chegamos ao momento crucial desta reflexão, onde a participação de todos é determinante para a construção de um futuro próspero para o nosso concelho. O desenvolvimento sustentável deste não pode ser uma responsabilidade exclusiva das instituições públicas, mas sim um esforço conjunto entre a autarquia, cidadãos e agentes económicos. Acreditamos que através do envolvimento ativo da comunidade, da valorização das potencialidades locais e na continuidade de implementação de estratégias inovadoras, podemos continuar a criar um concelho dinâmico, atrativo e resiliente. Concluo, assim, com um apelo sincero a todos os habitantes para que participem nas decisões, contribuindo com as suas ideias, o seu esforço e o seu compromisso. Juntos, podemos transformar os desafios em oportunidades e continuar a garantir um futuro sustentável para a região de Idanha-a-Nova, onde todos possam viver com dignidade, segurança e qualidade de vida.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse “*senhor António Bernardo, assim me dirijo para agradecer a forma simpática como o senhor nos recebeu aqui. Já nos conhecemos há muito tempo e sabe a importância que eu dou aos Presidentes da Junta de Freguesia, os representantes das populações, daí que o cumprimento com aquela simpatia que o senhor me devolve sempre.*

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor sabe que sempre saúdo estas iniciativas de irmos junto das populações, até para podermos ter a ocasião de dizer alguma coisa, seja daquilo que vamos tratar, sejam as reflexões que o senhor deputado Alberto nos trouxe aqui. Também fiquei entusiasmado com as suas reflexões, mas depois saio à rua e não vejo exatamente aquilo que o senhor diz, no que diz respeito à gestão do concelho, e por isso, de vez em quando, votamos de formas diferentes, mas, no entanto, respeito a sua posição.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

A apresentação que o senhor Presidente de Junta aqui fez sobre os caminhos rurais, eu gostava de chamar à atenção para o perigo das proibições, porque as proibições depois são extensíveis a todas as atividades agrícolas e não só as de transporte de lenhas, e as autoridades são intransigentes depois no controle disso, inviabilizando, muitas vezes, os trabalhos que algumas pessoas fazem com máquinas agrícolas, que são absolutamente necessários.

Esta sessão é uma sessão normalmente muito pacífica, em que podemos todos falar de algumas coisas e não temos, propriamente assuntos que nos tragam grandes litígios, ou grandes discussões. Portanto é simpático que sejam feitas neste contexto em que todos nos conhecemos e todos nos damos bem, mas também temos que vir aqui dizer alguma coisa, pois somos pagos para estar aqui. Todos os membros que aqui estão recebem uma senha de presença, mais a deslocação, e, portanto, temos que fazer qualquer coisa. Por isso lembrei-me de fazer uma pergunta, baseado na comunicação social, e mais uma vez tenho que falar na comunicação social, e é uma dúvida que eu tenho e quero fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara. Temos andado com um folhetim na comunicação social acerca de umas obras e de uma artista, e o senhor Presidente na última assembleia disse que naturalmente que iriam ser liquidadas, uma vez que a Câmara Municipal perdeu as ações, a dívida em causa que eu me escuso de estar aqui a explicar. No entanto, desde esse período até agora, essa dívida não foi liquidada e, ao que parece, aumentou. A minha dúvida é, houve um recurso feito pela Câmara Municipal, recurso que teve a ver, penso, com a situação de uma conta bancária, mas, entretanto, foram vencidos juros. Quem é que tomou a decisão de não ser feito o pagamento à data em que havia um determinado montante e vai agora assumir que essa dívida cresce mais de uns tantos juros no período que mediou. Eu queria saber se essa decisão foi tomada em reunião de câmara, se foi sujeita a votação, ou quem é que afinal decidiu.”

De seguida usou da palavra a senhora Maria Helena Silva que disse “trago aqui um assunto que é bastante preocupante, em que o MUDA, o Município de Idanha-a-Nova e todas as freguesias do concelho, estão de facto a acompanhar com preocupação, com o maior respeito e maior cuidado, tanto no que concerne a pessoas, como aos animais. Trata-se dos animais errantes, mais precisamente as colónias de gatos que existem espalhadas pelas freguesias.

Foi feito, em colaboração com o MUDA e Gabinete de Veterinária do Município de Idanha-a-Nova, uma primeira abordagem, quer foi a questão de sensibilização e depois foram vistos quais os pontos de alimentação informais que existiam nas freguesias. Posteriormente foi feita uma esterilização de alguns gatos e agora aguardamos o passo seguinte, que é a questão da colocação de determinados pontos de alimentação.

Assim gostava de perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal em que ponto está esta situação, porque é uma questão de salvuardarmos pessoas e animais, porque no caso de Proença-a-Velha já está a haver conflitos entre pessoas, e era para vermos esta situação para minimizarmos futuros conflitos.”

Terminadas as intervenções dos senhores deputados e Presidentes de Junta de Freguesia, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “na ótica do anterior Presidente da Assembleia Municipal, e também do atual, na continuidade desta política de descentralização das sessões da Assembleia Municipal nas freguesias foi decidido que se fizesse esta sessão na União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, mais precisamente neste lugar das Termas de Monfortinho, pelo que as minhas primeiras palavras e os meus cumprimentos são para o representante desta União de Freguesias, em virtude de não ter sido possível estar presente o seu Presidente por motivos de saúde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado André, sobre os animais na estrada entre Proença-a-Velha e S. Miguel D'Acha, isto passa muito pelo controlo do ICNF, que é quem tem esta tutela, mas com a nossa articulação fazer um melhor controle das espécies cinegéticas e a sua valorização económica. Apresentámos isto no projeto Idanha Rural Food Park aqui no Festival de Caça e Gastronomia, e com os projetos que estamos a fazer com diferentes entidades para podermos ter aqui uma estrutura de matadouros, salas de desmancha, áreas de frio positivo e áreas de frio negativo, tudo isto também em articulação com as associações do concelho, não só as cinegéticas, mas também as de produtores de produção animal.

Respondendo ao senhor deputado José Claro, relativamente às questões da saúde sabemos as notícias todos os dias que ocorrem no país e no Serviço Nacional de Saúde, mas temos agora falado com a nova administração da ULS de Castelo Branco, como antes o fazíamos, e para além daquilo que fizemos em termos de investimentos, nomeadamente a requalificação do Centro de Saúde de Idanha, com a qual se criaram boas condições aos profissionais de saúde e aos utentes desta unidade, mas também investimos em equipamentos, nomeadamente na área da estomatologia em montamos todos os equipamentos necessários, esperando que a ULS coloque um estomatologista, para gratuitamente através do SNS, todos os munícipes possa aceder a consultas de estomatologia. Também temos falado com a ULS pela questão dos médicos no concelho de Idanha, médicos de família e há um médico que vem de Lisboa, com quem nós vamos protocolar, nomeadamente no pagamento das despesas de deslocação para Idanha, bem como habitação, a fim de termos mais um médico ao serviço dos munícipes.

De salientar que também temos as nossas carrinhas cujos serviços foram protocolados com a ULS, no sentido de articularmos a oferta de médicos, que não substituem os médicos de família, mas quando, por razões diversas os médicos de família não podem vir, os nossos médicos e enfermeiros que estão nas carrinhas possam articular com o SNS.

Relativamente à segurança, a obra no quartel da GNR em Idanha-a-Nova, depois de termos falado com as chefias a nível central, regional e local está pronta para ser lançada depois de se terem identificado as necessidades que a GNR tem, e, portanto, isso vai ser uma realidade muito em breve.

Relativamente ao problema levantado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penha Garcia, Raul Antunes, nós temos caminhos rurais numa extensão de cinco mil quilómetros e é evidente que manter os cinco mil quilómetros não é fácil. Por isso temos centralizado estes serviços nas Juntas de Freguesia através da descentralização de competências, pois os senhores Presidentes de Junta de Freguesia têm melhor perceção dos caminhos a intervir. Mas isso não implica que os nossos serviços não possam também, em alguns onde os investimentos sejam mais significativos, o possamos fazer. Neste caso da utilização dos caminhos por parte de empresários e madeireiros, é importante que as Juntas de Freguesia nos possam dizer quando há cortes de madeira, porque esses empresários são obrigados por lei, dizer-nos que vão fazer um corte e nós, quer com a Proteção Civil Municipal, quer com o nosso Gabinete Florestal acompanhamos o processo de modo a que os caminhos que sejam utilizados possamos garantir que eles façam algumas reparações, de modo a que não fique o ónus para as Juntas de Freguesia, ou para a Câmara Municipal.

Também a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Proença-a-Velha veio falar de uma problemática que é muito cara e complexa, não só no concelho, mas também no país, esta questão dos animais errantes, nomeadamente cães e gatos. Como sabem, contratámos mais uma veterinária, mas temos previsto contratar mais, não só para esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

questão dos animais errantes, mas também no apoio à produção animal. É algo que também estamos a fazer com as associações de produtores e cada vez mais nos estamos a deparar com o facto de haver mais pequenos produtores que têm alguma dificuldade financeira para terem um apoio veterinário para os seus animais.

Respondendo, mais uma vez, ao senhor deputado Paulo Baptista sobre a questão da artista Cristina Rodrigues, digo que nós já fizemos uma comunicação sobre o assunto e não tenho muito mais a dizer sobre isso e este não foi um processo contra o Presidente da Câmara, Armindo Jacinto e já o disse muitas vezes, isto foi um processo contra a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e contra um dos nossos colaboradores, o chefe de divisão Paulo Longo., mas no entanto eu estive sempre na linha da frente porque conheço o processo, falei sempre com os nossos funcionários, e tenho muito orgulho neles e sempre o disse e continuarei a dizer sempre que seja necessário.

Nós estamos aqui para cumprir o que são as sentenças judiciais, mas defendê-las-emos até ao fim e defenderemos aqui o nome da câmara e o nome dos funcionários, e foi o que fiz e por isso fizemos todos os recursos que foram possíveis, como qualquer cidadão o pode fazer.

Portanto não foi o cidadão Armindo Jacinto, foi a entidade Câmara Municipal, que eu enquanto Presidente da Câmara defendi e defenderei. Também vos posso dar outro exemplo. Nós agora acabamos por ter de pagar também um processo judicial que vem desde a gestão do doutor Batista, e nunca me ouviram a mim vir para os jornais ou para as televisões a dizer mal do doutor batista. Nunca. Defendi sempre os interesses da Câmara Municipal e fui tentar que não tivéssemos que pagar o que tivemos que pagar, não só na Câmara Municipal, como também aqui na União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, que também vem desse tempo em que não estávamos na gestão da câmara. Portanto, nós defenderemos sempre o bom nome da câmara e não andamos a protelar no tempo, obviamente se pudermos pagar o mínimo, não pagaremos o máximo. Mas também digo que ao longo destes anos tivemos muitos processos que ganhámos e nesse caso tivemos que ser ressarcidos dos juros devidos. São processos judiciais e nós lutaremos sempre pelos interesses da Câmara Municipal e pelo seu bom nome, bem como pelo bom nome dos funcionários municipais.

O senhor deputado Daniel Fonseca solicitou a palavra e disse “aquilo a que agora me apercebi, é que o senhor Presidente ao dizer respondendo à pergunta do senhor deputado Paulo Baptista, foi uma decisão da Câmara Municipal, pelo que solicito que me confirme se foi isso que disse. Eu percebi isso, mas se não quiser dizer eu continuarei com o a minha linha de pensamento daquilo que eu percebi. É que isto nunca foi votado na Câmara Municipal. Toda esta decisão nunca foi a votas nas sessões da Câmara Municipal. Portanto qualquer decisão de recursos de protelamento de pagamentos de juros foi da responsabilidade do senhor Presidente da Câmara.”

Para responder o senhor Presidente da Câmara Municipal disse “senhor deputado, existem três órgãos em termos municipais, um órgão é o Presidente da Câmara Municipal, é um órgão municipal e talvez o senhor não sabe, pelo que o aconselho a ler a legislação. É um órgão e tem competências próprias e dentro dessas competências, eu tomo as decisões enquanto órgão que é o Presidente da Câmara até onde posso ir, há outro órgão que é a Câmara Municipal e outro que é a Assembleia Municipal. Mas já percebi que o senhor deputado quer dizer, aliás o seu grupo político sempre esteve na linha da frente a favor da Cristina Rodrigues e contra a Câmara municipal, contra os funcionários da Câmara Municipal, contra a Idanha, desde sempre trataram este tema desta forma. Portanto, os senhores estiveram sempre na linha da frente só porque o que estava em causa era a Câmara Municipal, só porque queriam fazer barulho, mesmo denegrindo os funcionários da câmara municipal, e foi o seu grupo que veio até querer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

que eu fizesse inquéritos e processos disciplinares aos funcionários da Câmara Municipal. Levantaram isso na sessão de câmara e, portanto, essa foi sempre a atitude, assim como foi a atitude no tribunal. Membros do seu grupo político lá estiveram no tribunal ao lado da Cristina Rodrigues, a ajudar a Cristina Rodrigues e contra os funcionários da Câmara Municipal e contra a Câmara Municipal, mesmo prejudicando a câmara. Esse é o vosso posicionamento, quando deveria ser ao contrário, a defesa dos funcionários e da Câmara Municipal.

Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos do

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo o senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora deputada Adalgisa Dias que disse *“início a minha intervenção endereçando uma palavra de gratidão e apreço à União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra por nos receber, hoje, aqui neste agradável Complexo de Piscinas. Em nome do Grupo Municipal do PS, muito obrigada!*

Não obstante a qualidade e diversidade de informações apresentadas no ponto em apreço, nas mais diversas temáticas (cultural, educativa, social, financeira, entre outras), direciono as minhas questões para uma área específica, neste caso para as intervenções que estão a ser executadas pelo Município.

As obras Municipais levadas a cabo no nosso concelho, seja na sede de concelho, seja nas freguesias, são fundamentais para o bem-estar das populações e têm impacto direto no seu quotidiano.

A qualidade de vida e a dinâmica do concelho deve ser acompanhada pela aposta no edificado, no património, nas infraestruturas e na sua modernidade e funcionalidade.

Bem sabemos que recentemente se investiu na reabilitação de alguns edifícios. Para dar alguns exemplos enumero a sede do CUI, o Edifício sede dos Escuteiros, o Centro de Saúde de Idanha-a-Nova, o edifício da ESGIN – IPCB e o Centro Cultural Raiano. Obras já concluídas e que em muito contribuíram para o bem-estar geral da população e para quem lá trabalha ou estuda.

Mais à frente nesta Assembleia, com dois pontos próprios na ordem de trabalhos, trazem-se as propostas de concurso público para a “Reabilitação da Casa do Juiz” e a “Reabilitação do antigo edifício da Caixa Agrícola”, ambos para habitações a preços acessíveis.

Contudo, na sessão ordinária de 28 de junho de 2024 foram aprovadas as intervenções (tão esperadas como necessárias) enquadradas em Candidatura na linha de financiamento da Eficiência Energética e Promoção de Energias Renováveis, estou concretamente a referir-me ao Arquivo Municipal, à Biblioteca Municipal e às Piscinas Municipais de Idanha-a-Nova, verifiquei que esta última já tem na local a identificação da empreitada. Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara como estão a decorrer estas intervenções?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

Por outro lado, o estado de degradação de alguns edifícios escolares, torna urgente a sua requalificação para garantir que são capazes de dar resposta às necessidades dos alunos. É absolutamente necessário que o ambiente escolar tenha as condições adequadas, para que se continue a desenvolver uma educação de qualidade, que consiga favorecer as relações sociais, estimulando e propiciando a aprendizagem.

Assim, aproveito, também, para perguntar qual a perspetiva temporal para as intervenções que urgem na Escola-Sede do Agrupamento de Escolas José Silvestre Ribeiro e na Residência de Estudantes, antiga Pousada da Juventude.

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Paulo Baptista que disse “quando falamos sobre estas informações, normalmente desenvolvemos mais alguma coisa e podemos falar um pouco mais, já que inexplicavelmente corre mais tempo relativamente ao início do ano. Estamos no início e muito pouco há a comentar sobre as informações aqui apresentadas.

Parece-me talvez mais pertinente e explicar aos senhores que aqui estão como funciona a Assembleia Municipal. Na Assembleia Municipal é a altura em que os deputados eleitos, os representantes das Juntas de Freguesia podem vir aqui questionar o executivo e questionar o Presidente da Câmara. Portanto é isso que nós fazemos, nós apresentamos questões, hipoteticamente sugestões e o Presidente da Câmara está cá para responder àquilo que nós perguntamos. Dependendo do entendimento de quem gere uma assembleia, poderá ser dada alguma liberdade ao senhor Presidente da Câmara, mas na realidade o senhor Presidente da Câmara está cá para responder às nossas questões, razão pela qual eu faço as perguntas, e eu só faço as perguntas baseado no que vem na comunicação social. Como não posso estar a inventar, leio, ouço e depois venho aqui questionar porque me interessa saber como é que é gerido todo este património, que é comum, ao senhor Presidente da Câmara.

O senhor Presidente da Câmara, realmente lidera um dos dois órgãos que as Câmaras Municipais têm, têm um órgão executivo e um órgão deliberativo. Foi a primeira vez que eu ouvi falar na sua figura de órgão enquanto Presidente da Câmara, quer dizer, transforma-se em um órgão de um homem só. Há obras escritas sobre isto, mas eu não posso divagar porque não conheço o suficiente para ser aqui tão bem elucidado pelo senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente veio aqui, e eu quando faço perguntas sobre isto diz sempre, que o doutor Batista, e já é a terceira ou quarta vez que ele fala nisto. Portanto não é preciso falar nos jornais, ele já fala aqui publicamente e isto é público. Depois, senhor Presidente, o senhor veio aqui e falou da sua preocupação com o Sistema Nacional de Saúde, e o Sistema Nacional de Saúde também nos preocupa a nós todos, mas nós vimos alertando para isto e o Partido Socialista esteve a governar este país nos últimos oito anos. Parece que nos esquecemos, tudo isto tem uma história. O senhor disse aqui uma coisa, e por vezes é muito complicado, e senhor Presidente, não esteja preocupado por eu estar a falar disto, porque o senhor cada vez que aqui vem, fala de n coisas que não têm nada a ver com o nosso trabalho. Preocupe-se, talvez, em responder concretamente àquilo que nós estamos a perguntar. Ninguém está aqui para o atacar, mas o senhor não percebeu ainda o que é que está aqui a fazer? É que nós podemos apurar, podemos fazer várias coisas, mas sempre numa situação de respeito e é aquilo que eu exijo e que eu pratico.

É preocupante quando nós aqui vimos”

Nesta altura o senhor Presidente da Mesa chamou à atenção do senhor deputado que se estava na discussão do ponto um, e o senhor deputado estava a referir-se ao que o senhor Presidente da Câmara disse no Período Antes da Ordem do Dia, pelo que deveria cingir-se ao assunto do ponto um.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

O senhor deputado Paulo Baptista retomou a palavra e disse “*então se me permitir poderei concluir então, porque como estamos na atividade da Câmara Municipal, eu penso conseguir enquadrar esta situação. E posso enquadrá-la da seguinte maneira, o senhor Presidente disse que finalmente falou com a GNR sobre a questão da segurança que não vejo aqui referida, mas falou, e nós andamos a falar na falta de segurança há vários anos. Parece que ao utilizar-se este termo. não terá sido a melhor forma de o fazer. Também falamos aqui no apoio à produção animal, e senhor Presidente, quando falamos em apoio à produção animal, se é efetivamente produção animal, não são animais de companhia, o Estado obriga a que todos os animais sejam acompanhados, se não for através de associações, será feito através da Direção Regional de Agricultura, nomeadamente através dos serviços de veterinária. Portanto poderá haver aqui alguma duplicação de trabalhos, o que torna inútil determinado tipo de pensamento*

Quanto ao que eu ouvi aqui falar a senhora deputada Adalgisa estão afixados já vários cartazes relativamente a obras, muitos deles sem prazo e a empresa a quem será adjudicado esse tipo de trabalho. Temos que ter cuidado, não vão estes placares afixados ser mais do que campanha eleitoral para as eleições que se avizinham.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse “*o senhor deputado Paulo Ribeiro sobre a atividade da Câmara não tem nada a dizer, é porque está a correr tudo bem, gosta daquilo que nós estamos a fazer, e vem outra vez com a questão do doutor Batista. Obviamente que eu não fui para a televisão a falar sobre estes casos, mas o nosso vereador da oposição foi dar a cara na televisão a favor da Cristina Rodrigues. Eu simplesmente falo aqui e não vou para a televisão a falar mal de Idanha.*

Respondendo à senhora deputada Adalgisa, dizer-lhes que tudo aquilo que temos feito, e já fizemos mais de duzentas e cinquenta obras, desde que estamos na câmara desde 2013 em todo o concelho de Idanha. É evidente que muitas das obras foram muitas requalificações de obras que já existiam, e por exemplo, estas piscinas já foram todas requalificadas e praticamente feitas de novo. Já para não falar de todas as obras por administração direta que os nossos serviços fazem em todo o concelho de Idanha, que são muitíssimas. Portanto, na verdade os números são estes. Em 2014 tínhamos um orçamento no montante de dezasseis milhões de euros e em dois mil e vinte e cinco temos um orçamento de quarenta e seis milhões de euros. Só subimos em receitas de capital, para fazer obras, de dois virgula sete milhões para dezassete milhões. Subimos setecentos setenta por cento. E quem é que fez isto? Foi porque nós metemos muitos funcionários a trabalhar na Câmara Municipal, pessoas competentes e são eles que fazem as candidaturas para podermos reabilitar o concelho de Idanha-a-Nova e fizemos isso, sempre com uma situação económica e financeira do município.”

O senhor deputado Paulo Baptista solicitou a palavra e disse “*dirijo-me concretamente ao público aqui presente, nós temos na Ordem de Trabalhos um ponto que se chama Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do município. É este documento que temos aqui, e sobre o qual estamos a falar. O senhor Presidente da Câmara quando aqui veio dizer que eu não tinha nada a dizer porque concordava com tudo. Não se trata disso. Este documento reporta-se à data de 31 de janeiro. É um mês do ano que tem doze meses, e não vale a pena vir aqui falar sobre as execuções que reportam a 31 de janeiro, porque como eu disse no início é uma altura ainda precoce no ano para poder fazer avaliações porque eu não tenho que vir para aqui dizer que as taxas de execução são inferiores a um doze avo daquilo que deveria ser. Tudo são obras complexas e, portanto, é muito pouco aquilo que podemos falar.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

Agora não se confunda eu vir aqui dizer nada com o eu estar concordante com aquilo que vem no documento, porque não é verdade.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa do início à discussão do

PONTO NÚMERO DOIS: PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2025 – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta apresentada.

O senhor Presidente da Câmara solicitou autorização para que o senhor João Joia, chefe de Divisão de Recursos Humanos fizesse os devidos esclarecimentos.

Devidamente autorizado, o senhor chefe de divisão disse “*mais que uma apresentação vou fazer um enquadramento daquilo que são as alterações do mapa de pessoal. O mapa de pessoal é uma ferramenta dos recursos humanos das câmaras municipais, e como tal é dinâmico, e quando necessário implica que o mesmo se ajuste às necessidades sentidas pelos vários serviços municipais.*

Esta primeira alteração decorre do seguinte pressupostos. Identificação de novas necessidades para otimização dos vários serviços, da identificação da necessidade de se efetuar mobilidade inter carreiras identificadas pelas chefias dos vários serviços e que se entendem ser convenientes quanto a economia, eficácia e eficiência dos serviços se mantém., da necessidade de identificar os trabalhadores e os postos de trabalho no âmbito do Decreto-Lei 93/2021, de 9 de novembro, que procede à fixação do suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e salubridade que se aplica aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional.

Esta alteração visa sobretudo incorporar novas necessidades e está prevista a procedimentos concursais que já vinham do mapa aprovado em 20 de dezembro de 2024, estão previstas mobilidades que vinham detrás e novas mobilidades e estão previstos todos os lugares cativos inerentes a estas situações apresentadas.

A despesa que decorre desta alteração do mapa é de sessenta e três mil, trezentos noventa e sete euros, mas poderá ser menor, dado que as previsões reportam a um de janeiro de dois mil e vinte e cinco, mas como estamos no final de fevereiro, os encargos previstos com esta alteração não serão pagos, o que acontecera só a partir do dia em que as nomeações forem efetivadas, logo a despesa com pessoal será menor.

Pode surgir alguma dúvida, aliás como surgiu na sessão do executivo, o porquê do número de postos vagos, mas passo a explicar e dou como exemplo a minha situação. Eu hoje estou aqui como chefe de divisão, mas o meu lugar de quadro está cativo, mas quando eu sair deste cargo tenho direito ao meu lugar, assim como as mobilidades que foram efetuadas. Imaginemos que foram efetuadas x mobilidades de assistentes operacionais para assistente técnico. Enquanto a pessoa que foi para assistente técnico ainda não consolidou na categoria de assistente técnico tem que se manter o lugar cativo como assistente operacional. Falamos também de nomeações de cargos políticos, chefes de gabinete, secretários, etc., essas pessoas têm um lugar na carreira e têm que ter um cativo na carreira para o dia em terminarem essas funções possam regressar ao seu lugar de origem. Daí este número de postos vagos, mas há a acrescentar os procedimentos concursais e as necessidades que foram criadas.”

O senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

Terminado o mesmo, o senhor Presidente deu a palavra ao senhor deputado Rogério Bentes que disse *“Hoje, dirijo-me a esta Assembleia para enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Município na valorização dos seus trabalhadores. Nos últimos anos, temos assistido a uma clara aposta na formação, qualificação e melhoria das condições de trabalho. Esta estratégia é essencial para enfrentar os desafios que a administração local tem abraçado, nomeadamente a descentralização de competências, particularmente na área da Educação. O compromisso com a valorização profissional dos trabalhadores reflete-se não apenas nas admissões de pessoal qualificado, mas também na aposta contínua em formação e educação. O Município tem promovido e apoiado academicamente os seus trabalhadores, através do financiamento de propinas e formações, nomeadamente na Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova e noutras instituições de ensino. Além disso, foram celebrados protocolos e acordos coletivos de trabalhos com sindicatos, assegurando melhores condições laborais e uma mais justa valorização profissional. Importa realçar que este investimento na capacitação do pessoal não tem significado um aumento descontrolado da despesa com recursos humanos. Pelo contrário, a despesa com pessoal tem-se mantido na ordem dos 20% do orçamento, demonstrando um equilíbrio entre crescimento e responsabilidade financeira. Isto, num contexto em que a Câmara viu o seu orçamento crescer 273% desde 2014, passando de 16 milhões para os atuais 46 milhões de euros. Destaca-se ainda o aumento das receitas correntes em 192% e das receitas de capital em expressivos 764%, resultado de uma gestão eficiente, com visão e de uma liderança sólida. O peso do investimento na valorização profissional é justificado pelos novos desafios que o Município enfrenta. A descentralização de competências, particularmente na Educação, com uma herança de 38 trabalhadores oriundos do ministério da educação, atualmente direta e indiretamente, com um efetivo de aproximadamente 120 trabalhadores, é um grande desafio e é exigido um quadro de pessoal capacitado e bem preparado. No entanto, reconhece-se que a estrutura organizativa deve continuar a evoluir, nomeadamente o setor da Educação, onde o número de trabalhadores alocados justifica uma reflexão sobre a reorganização global dos serviços, garantindo maior eficiência e melhor resposta às necessidades da população. O compromisso da Câmara Municipal com os seus trabalhadores é inquestionável.*

Relembro que o Presidente da Câmara tem demonstrado uma defesa intransigente dos direitos dos seus trabalhadores, inclusive em situações judiciais, reafirmando a prioridade dada à dignificação do serviço público e dos que nele trabalham, pois a eles muito se deve Idanha se ter tornado numa referência nacional e no mundo. O caminho a seguir é claro: continuar a investir na formação, na melhoria das condições de trabalho e na reorganização dos serviços, garantindo um Município mais eficiente, justo e preparado para os desafios do futuro. Esta é a diferença entre uma gestão responsável e com visão e aqueles que, de fora, continuam a fazer uma política populista, parecendo incapazes de compreender o que significa governar para todos.”

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Daniel Fonseca que disse *“como tem vindo a público e hoje aqui votado, o Município de Idanha-a-Nova tem a intensão de contratar para os seus quadros, perto de uma centena de novos colaboradores em diferentes áreas, quer seja mobilidade interna, quer seja novas contratações. Esta é uma questão sensível, por atender a algumas situações de relevo, nomeadamente, que atividades novas estão previstas desenvolver num futuro próximo para fazer crescer o número de colaboradores desta forma?*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

Que novas especialidades deverão fazer parte do desempenho das tarefas do Município para aumentar o número de colaboradores especialistas?

O que é que se alterou desde a apresentação do orçamento, que foi há dois meses, até esta data para esta alteração tão recente e já no orçamento havia uma alteração para 975 lugares e aqui votamos já cerca de 115 lugares, o que é que aconteceu nestes dois meses de tão impertinente, para que esta alteração seja novamente aqui votada?

O Movimento para Todos tem consciência de que nestes territórios de muita baixa densidade de se implementarem políticas de fixação de pessoas, e quiçá, os municípios terão que pagar um preço altíssimo por essas situações, aliás demasiado alto, mas também é competência do Município resolver essa situação.

Desta forma, o Movimento para Todos, assume aqui uma posição de abstenção em relação a esta tomada de decisão. Isto porquê? Se a intenção é aumentar o número de pessoas no concelho, por esta via, a decisão já peca por tardia. Se a ideia é alargar o leque de tarefas municipais essa comunicação já deveria ter sido feita junto dos munícipes, há muito tempo, nomeadamente em termos orçamentais. Apesar do executivo estar em fim de mandato, sem continuidade do atual presidente desta decisão, não pode transparecer de que esta ação, e nesta fase, se configura uma ação de charme para captação de votos. Estaremos atentos a novos desenvolvimentos e as linhas orientadoras que permitam obter o retorno deste grande investimento. Como disse, e volto a repetir, O Movimento para Todos vai abster-se neste ponto.”

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “respondendo ao senhor deputado Rogério Bentes, nós não temos 120 colaboradores na área da educação, mas sim 148. Como sabem assumimos a descentralização e assumimos a educação como prioridade para o concelho de Idanha e para o futuro do concelho de Idanha-a-Nova.

Senhor deputado Daniel, nós não vamos contratar 100 colaboradores, aliás o nosso chefe de divisão veio aqui explicar isso muitíssimo bem, e nós também já explicámos isso na sessão de câmara, mas vocês voltam a insistir que vamos contratar 100 colaboradores. Não vamos contratar 100 novos colaboradores. Nesta alteração está um novo lugar a ser criado, os 100, já o senhor chefe de divisão explicou, e eu volto a explicar, estamos a falar de processos de mobilidade, de valorização, como o senhor deputado acabou de dizer, e muito bem, dos nossos profissionais, porque a Câmara de Idanha é das câmaras do país que tem mais licenciados, temos doutorados a trabalhar connosco, e portanto, quando valorizamos os nossos funcionários temos que deixar o lugar da sua origem disponível e o lugar para onde foi disponível, porque só depois e dependendo desta valorização, isto poder ter que estar disponível seis meses, três meses, um ano, e portanto os lugares têm que ficar e não geram despesa enquanto estiverem livres, mas têm que lá estar. Portanto, não é verdade que estamos a meter mais 100 colaboradores”

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2025**, tendo sido apurado o seguinte resultado.

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: seis – Daniel Fonseca, Américo André, Paulo Rodrigues, Sónia Nunes, Joaquim Laranjo e Paulo Baptista ;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

"FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO TRÊS: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REABILITAÇÃO DA ANTIGA CASA DO JUIZ NA AVENIDA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE EM IDANHA-A-NOVA – HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS – AUTORIZAÇÃO PFRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS — O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para, querendo, prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta aqui presente.

O senhor Presidente da Câmara disse *"este assunto vem aqui, assim como o do ponto seguinte, exatamente porque estamos a lançar estas obras, e nas próximas sessões virão mais três obras de imóveis, o da Rua do Pombal, da Rua 1.º de Dezembro e da Avenida Mouzinho de Albuquerque, todos em Idanha-a-Nova, o que no final temos cinco obras no montante total de dois milhões e duzentos mil euros para habitação acessível. Portanto é a reabilitação da zona antiga de Idanha-a-Nova, para criar pequenos apartamentos de diferentes dimensões a custo acessíveis para que os nossos munícipes possam ter acesso a mais habitação no concelho de Idanha-a-Nova."*

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminando o mesmo, e não havendo qualquer pedido de intervenção o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REABILITAÇÃO DA ANTIGA CASA DO JUIZ NA AVENIDA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE EM IDANHA-A-NOVA – HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS – AUTORIZAÇÃO PFRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: um – Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e sete

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

"FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2025, NOS TERMOS DA ALÍNEA b) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NO VALOR DE 0,25%."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 22 DE 28-02-2025

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO QUATRO: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REABILITAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA NA RUA 1.º DE DEZEMBRO EM IDANHA-A-NOVA – HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – O senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REABILITAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DA CAIXA DE CREDITO AGRÍCOLA NA RUA 1.º DE DEZEMBRO EM IDANHA-A-NOVA – HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS-IMI.”

Terminada a discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do estipulado regimentalmente perguntou se alguém do público queria usar da palavra.

Não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte do público.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.